

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITOBI

Estado de São Paulo

ASSISTENTE SOCIAL ESCOLAR

CONCURSO PÚBLICO
01/2023

**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- φ Deixe sobre a carteira **apenas** RG, Caneta, Lápis e Borracha.
- φ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova. Desligue o celular e outros aparelhos e acondicione no envelope plástico de segurança.
- φ Verifique se este caderno de questões corresponde com sua opção de inscrição. Responda as **30 (trinta) questões**.
- φ A prova terá duração de **2h (duas horas)** e o tempo mínimo de permanência na sala é de **1h (uma hora)**.
- φ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões após o tempo mínimo de permanência na sala.
- φ Você deve assinar a Folha de Respostas. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
- φ Para preenchimento da Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Você deve assinalar na **Folha de Respostas** somente uma letra (alternativa) para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta. Preencha na Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

CORRETO



ERRADO



- φ Não será permitido substituir a Folha de Respostas. Não rasure, amasse ou dobre a Folha.
- φ Os dois últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Concurso Público.
- φ O candidato não poderá utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e a saída definitiva da sala de provas.
- φ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

BOA PROVA !



IPEFAE

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 01 a 07

EDUCAÇÃO INCLUSIVA – UM DIREITO INEGOCIÁVEL

O acesso à educação e o direito à aprendizagem são garantias constitucionais universais, ou seja, previstas a todos os brasileiros como dever do Estado e da família. A diversidade de experiências, habilidades, contextos e capacidades entre estudantes é uma realidade que deve ser celebrada através de práticas educacionais inclusivas. Nas últimas décadas, a insistência em modelos pedagógicos padronizados demonstrou ser pouco eficiente, de modo que a promoção da diversidade como um valor inegociável constrói o futuro e o presente da educação. Quanto mais respeitados em suas diferenças, mais os estudantes e educadores avançam, sejam eles pessoas com ou sem deficiência.

Uma história de lutas e conquistas

Ao falar da educação inclusiva, é crucial resgatar o histórico de lutas, conquistas e estudos que consolidaram essa estratégia pedagógica como um modelo de avanço educacional. Ao longo da década de 90, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência se mobilizaram em torno desse tema, o que resultou na publicação de importantes documentos. Desde a Declaração de Salamanca (1994) até a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e incorporada em 2015 à Constituição Federal, na forma da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), um amplo cobertor legal se formou para amparar o combate à segregação e ao capacitismo.

Historicamente, a diversidade de habilidades e de características físicas e intelectuais foi categorizada pelo saber médico e científico na forma de padronizações excludentes. Nesse sentido, conformou-se ao longo do século 18 o chamado “corpo normal”, isto é, uma medida arbitrária de humanidade calcada em um conjunto de características tidas como necessárias para se constituir o indivíduo como sujeito de direitos. Uma pessoa que não atendesse a essas expectativas era definida como menos capaz e, por conseguinte, excluída dos espaços de convivência social, de educação e de trabalho. A esse fenômeno histórico e social dá-se o nome de capacitismo, que resulta da exclusão sistemática e estrutural de pessoas com deficiência.

(...)

FONTE: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-inclusiva-um-direito-inegociavel>

Q. 01

Sobre o texto, é correto afirmar que:

- (A) Atualmente, a educação deve ser padronizada a fim de que os estudantes alcancem os mesmos resultados.
- (B) O capacitismo é fazer com que o indivíduo se sinta capaz de desenvolver suas habilidades da forma esperada pela sociedade.
- (C) O acesso à educação é dever apenas do Estado.
- (D) A educação inclusiva respeita os estudantes em suas diferenças, além de ser ferramenta para combater a exclusão e o capacitismo.

Q. 02

Na passagem “(...) de modo que a promoção da diversidade como um valor inegociável constrói o futuro e o presente da educação (...)”, se o verbo em destaque fosse substituído pelo verbo implicar, fazendo-se as adaptações necessárias, teríamos, segundo a gramática normativa:

- (A) “(...) de modo que a promoção da diversidade como um valor inegociável implicam no futuro e o presente da educação (...)”
- (B) “(...) de modo que a promoção da diversidade como um valor inegociável implica no futuro e o presente da educação (...)”
- (C) “(...) de modo que a promoção da diversidade como um valor inegociável implica o futuro e o presente da educação (...)”
- (D) “(...) de modo que a promoção da diversidade como um valor inegociável implica ao futuro e o presente da educação (...)”

Q. 03

Em “Ao falar da educação inclusiva, é crucial resgatar o histórico de lutas, conquistas e estudos que consolidaram essa estratégia pedagógica como um modelo de avanço educacional”, a sequência em destaque estabelece ideia de:

- (A) Causa
- (B) Tempo
- (C) Consequência
- (D) Finalidade

Q. 04

Se a sequência em destaque na passagem “(...) consolidaram essa estratégia pedagógica como um modelo de avanço educacional” fosse substituída por um pronome de 3ª. pessoa, a fim de construir coesão textual, teríamos, segundo a gramática normativa:

- (A) (...) consolidaram-a como um modelo de avanço educacional
- (B) (...) consolidaram-na como um modelo de avanço educacional
- (C) (...) consolidaram-nas como um modelo de avanço educacional



- (D) (...) consolidaram-lhe como um modelo de avanço educacional

Q. 05

O pronome em destaque em “(...) a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência se mobilizaram em torno desse tema*” recupera, por coesão:

- (A) Histórico de lutas e de conquistas sobre a Educação.
 (B) Movimentos sociais da década de 1990.
 (C) A educação inclusiva.
 (D) Publicação de importantes documentos sobre o capacitismo.

Q. 06

Podemos substituir, sem alteração significativa de sentido e fazendo-se as adaptações necessárias, o termo em destaque em “*uma medida arbitrária de humanidade calcada em um conjunto de características tidas como necessárias para se constituir o indivíduo como sujeito de direitos*” por:

- (A) Refreada
 (B) Reproduzida
 (C) Ultrajada
 (D) Apoiada

Q. 07

Segundo a lógica textual contida na passagem “*A esse fenômeno histórico e social dá-se o nome de capacitismo, que resulta da exclusão sistemática e estrutural de pessoas com deficiência, é correto afirmar que:*

- (A) A exclusão de pessoas com deficiência nasce do capacitismo.
 (B) A exclusão de pessoas com deficiência é a causa do capacitismo.
 (C) O capacitismo causa a exclusão de pessoas com deficiência.
 (D) O capacitismo origina a exclusão de pessoas com deficiência.

MATEMÁTICA**Q. 08**

Três panos de pratos de cores diferentes foram colocados para secar em um varal de tal forma que, o pano amarelo está à esquerda do branco e à direita do vermelho. Desta forma podemos afirmar que:

- (A) O pano Branco está à esquerda do pano Vermelho
 (B) O pano Vermelho está à direita do pano Branco.
 (C) O pano Branco está à direita do pano Vermelho.
 (D) O pano Vermelho está na mesma posição do pano Branco.

Q. 09

A sequência numérica abaixo possui uma lei de formação recursiva, baseada nos algarismos que formam o número antecessor a este.

123, 416, 036, 638, 434, 812, ?

Com base na lógica apresenta podemos afirmar que o número que preenche corretamente o espaço ocupado pelo “?” na sequência é:

- (A) 072.
 (B) 720.
 (C) 681.
 (D) 376.

ÁREA PARA RASCUNHO



Q. 10

Dona Maria Mafalda foi no supermercado para comprar abacaxi, banana e maçã. Após chegar em sua casa ela observou um fato muito interessante, que o número de abacaxis que havia comprado era exatamente o triplo do número de bananas, que por sua vez era o dobro do número de maçãs. Desta forma podemos afirmar que o número de abacaxis em relação ao número de maçãs era:

- (A) O dobro.
- (B) O triplo
- (C) um sexto
- (D) O sêxtuplo

Q. 11

O motorista Durval percebeu um acontecimento interessante enquanto transitava pela linha escolar: Na primeira parada entrou uma criança, na segunda parada o dobro da primeira, na terceira o dobro da segunda e assim foi acontecendo o crescimento até a quinta, e última parada. Quantas crianças embarcaram neste percurso?

- (A) 63
- (B) 31
- (C) 15
- (D) 8

**NOÇÕES DE
INFORMÁTICA****Q. 12**

Ao elaborar um documento para o seu trabalho, utilizando o Word, o usuário optou por inserir uma Caixa de Texto conforme a imagem abaixo.



Sobre o texto digitado e formatado dentro da Caixa de Texto, seguramente é possível afirmar que a fonte, estilo da fonte e o parágrafo escolhido são, respectivamente:

- (A) Comic Sans, Itálico, Centralizado
- (B) Monotype Corsiva, Sublinhado, Justificado
- (C) Symbol, Negrito, Justificado
- (D) Arial, Itálico, Centralizado

Q. 13

O Excel possui vários recursos visando facilitar a manipulação de informações e dados. Dentre eles destacamos as funções. Quanto mais delas você conhecer, melhor, uma vez que melhorarão sua rotina conseguindo automatizar uma infinidade de atividades.

Na imagem abaixo o usuário recebeu uma planilha com o nome dos alunos de uma determinada sala.

	A	B
1	joaquim josé marcos rossi	JOAQUIM JOSÉ MARCOS ROSSI
2	Marcelo dilermundo Souza	MARCELO DILERMANDO SOUZA
3	Rita Macedo Soares	RITA MACEDO SOARES
4	PEDRO MARCELO DE ABREU	PEDRO MARCELO DE ABREU
5	Talita Spans correia	TALITA SPANS CORREIA
6	Bruna pereira batista de Carvalho	BRUNA PEREIRA BATISTA DE CARVALHO
7	marcelo souza josé	MARCELO SOUZA JOSÉ
8	Thiago Peterson Zazini	THIAGO PETERSON ZAZINI
9	Zulmira macedo pinoti	ZULMIRA MACEDO PINOTI
10	JOÃO CARLOS INÁCIO CARRICCI	JOÃO CARLOS INÁCIO CARRICCI
11	otávio ruy Goulart	OTÁVIO RUY GOULART
12	Mel Mourão lacerda	MEL MOURÃO LACERDA

Ao perceber que cada nome estava formatado de uma maneira (Coluna A), visando padronizar a formatação de todos eles em Caixa Alta (Coluna B), sem que fosse preciso digitar nome por nome, depreende-se que o usuário possa ter utilizado para cada linha da Coluna B a função:

- (A) =MAIÚSCULA(texto)
- (B) =CAIXAALTA(texto)
- (C) =AUMENTAR(texto)
- (D) =CONCATENAR(texto)

ÁREA PARA RASCUNHO



Q. 14

Para enviar um email, considerando que o endereço do destinatário esteja corretamente preenchido, estando o campo 'Assunto' em branco:

- (A) o email só será enviado se o campo 'assunto' for preenchido.
- (B) o email será enviado, mas não chegará ao destinatário.
- (C) o email será enviado e chegará ao destinatário.
- (D) o email não será enviado de maneira nenhuma.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Q. 15

A evasão escolar acontece quando o aluno deixa de frequentar as atividades escolares diárias e a escola, não existindo registros de sua transferência para outra instituição. Ela deriva-se de múltiplos fatores como falta de interesse dos alunos, problemas financeiros, dificuldade na logística, falta de engajamento da família, relacionamento ineficiente entre escolas e alunos, falta de atividades dinâmicas, bullying, defasagem no aprendizado, problemas socioemocionais etc. Desta forma, a garantia da permanência dos estudantes na escola não pode ser responsabilidade apenas da Política de Educação, sendo necessária a articulação entre as demais Políticas Sociais. O assistente social no âmbito escolar pode realizar ações socioassistenciais e socioeducativas com vistas à garantia das condições de acesso e permanência dos estudantes no contexto escolar, articular e mediar políticas públicas fundamentado em valores e princípios ético-políticos e técnico-operativos. De acordo com a publicação do CFESS (*Psicólogos(os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019, 2021*), estão entre as atribuições do assistente social na educação básica:

- (A) Solicitar acompanhamento da rede objetivando o fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de trabalhar a territorialidade.
- (B) Encaminhar os alunos com necessidades educativas especiais para instituições de ensino que trabalham exclusivamente com este público.
- (C) Não participar de atividades formativas destinadas à comunidade escolar, visto que os temas não são relevantes para sua área de atuação.
- (D) Contribuir com o direito à educação, bem como ao acesso e permanência na escola, com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade.

Q. 16

Com o objetivo de construir o redesenho da política de assistência social na perspectiva do SUAS, foi reelaborada, em 2004, a PNAS, com contribuições do poder público e da sociedade civil. Ela busca a materialização do que está previsto na LOAS e na Constituição Federal de 1988: a assistência social como política pública, inserida no campo da Seguridade Social e do Sistema de Proteção Social Brasileiro. A PNAS coloca a necessidade de articulação da assistência social com outras políticas públicas, para enfrentamento das questões sociais e tem como objetivos:

- (A) Realizar ações fragmentadas, com alvos específicos e caráter assistencialista, através de práticas eventuais, pontuais, emergenciais e sem continuidade, marcadas pelo caráter pontual e de favor.
- (B) Oferecer serviços, programas, projetos e benefícios para a população extremamente carente, sem acesso a escola e ao mercado de trabalho e que contribua mensalmente com a Previdência Social, pois são dois dos três pilares da Seguridade Social.
- (C) Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural, e; assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.
- (D) trabalhar com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na habitação, na saúde, na educação etc.

Q. 17

No Serviço Social, manifestações de opiniões técnicas são materializadas por meio de registros profissionais de natureza documental, nos quais a linguagem deve estar alinhada as particularidades da profissão. Na prática profissional, nos utilizamos de relatórios, laudos e pareceres, porém, verifica-se que é comum a ausência de clareza quanto a essas denominações. Os registros são nosso meio de comunicação profissional e devemos conhecê-los para que possamos selecionar e escolher as informações e os dados coletados, a serem registrados e analisados. Relatórios, laudos e pareceres são assim definidos:

- (A) Relatórios são os registros realizados pelo profissional a partir de discussões de caso com a rede socioassistencial; laudos são as respostas conclusivas de uma situação específica e parecer é análise do trabalho de forma abrangente.
- (B) Relatórios são todas as anotações realizadas pelo assistente social, seja de um caso específico ou de estudos e pesquisas; laudos são os registros das entrevistas realizadas e pareceres são as percepções técnicas das entrevistas.



- (C) Relatórios são os registros de todo processo de abordagem dos sujeitos; laudos documentam as informações significativas, recolhidas por meio do estudo social, e possuem análise fundamentada; parecer é a opinião do assistente social pautada em estudos e observações acerca de determinada realidade.
- (D) Relatórios são registros descritivos, completos, extensos e com análise fundamentada na realidade; laudo é uma opinião fundamentada e parecer é o enfoque pormenorizado e imediato de uma situação em análise.

Q. 18

A Resolução CFESS Nº 557/2009, dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Embora, o assistente social deva, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar, a elaboração, emissão e/ ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de Serviço Social por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações é atribuição privativa do assistente social e pressupõe a devida e necessária competência técnica, teórico-metodológica, autonomia e compromisso ético. É verdadeira a afirmação:

- (A) O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica.
- (B) O assistente social não deverá emitir somente sua opinião técnica sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, podendo interferir na análise dos profissionais de outras áreas.
- (C) A crescente inserção do assistente social em espaços sócio-ocupacionais que exigem a atuação com profissionais de outras áreas, requer uma intervenção com competência uni disciplinar, técnica, teórico-metodológica e ético-política.
- (D) O assistente social no trabalho em equipe multiprofissional desenvolve sua atuação, conjuntamente com outros profissionais, buscando compreender o indivíduo em suas questões individuais e, contribuindo para o enfrentamento das diferentes expressões da questão social.

Q. 19

A violência é um problema do presente e do passado, pois, segundo muitos estudos, não existe nenhuma sociedade na qual ela não tenha ocorrido. Trata-se “de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade” (MINAYO, 1994). Falar de violência é falar de desigualdade, de dominação, de relacionamento desigual, de opressão, de crueldade e, quando

discutimos **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (VDCA)**, falamos da violência que vitimiza seres em condição peculiar de desenvolvimento, que faz desses sujeitos, objetos. Em situações de VDCA, quais são as estratégias de intervenção do assistente social?

- (A) A entrevista e a visita domiciliar.
- (B) O encaminhamento para o Conselho Tutelar.
- (C) A atitude investigativa e a referência teórico-metodológica.
- (D) O encaminhamento na Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Q. 20

O Serviço Social se gestou e se desenvolveu como profissão na divisão social e técnica do trabalho, em meio ao desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, tais processos apreendidos sob o ângulo de novas classes sociais emergentes (constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial). Neste contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro no Brasil, é que emerge sob novas formas a chamada “questão social” que se torna base de justificação desse tipo de profissional especializado e define-se como:

- (A) A realidade vivida e representada pela consciência dos profissionais que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional.
- (B) O reconhecimento das dimensões contraditórias das demandas postas à profissão.
- (C) A relação de compra e venda da força de trabalho do assistente social e sua vinculação com as políticas sociais.
- (D) O conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura.

Q. 21

A NOB (Normal Operacional Básica da Assistência Social, 2012), aponta como seguranças afiançadas pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social):

- (A) Condições de recepção; escuta profissional qualificada; informação; referência e concessão de benefícios.
- (B) Acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento de autonomia e apoio e auxílio.
- (C) Primazia da responsabilidade do Estado, descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo e matricialidade sociofamiliar.
- (D) Defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais.



Q. 22

Quais são os objetivos principais quando nós, assistentes sociais, realizamos atendimentos individuais?

- (A) Colocar o saber específico na direção de um saber compartilhado, não abrindo mão de suas peculiaridades e atribuindo um enfoque interdisciplinar na atuação profissional.
- (B) Promover o conhecimento da realidade dos usuários e realizar os encaminhamentos e orientações necessários para a garantia de direitos.
- (C) A articulação das ações e a colaboração dos profissionais de diferentes áreas, sem considerar as especificidades de cada área.
- (D) O estabelecimento de práticas conservadoras e verticalizadas.

Q. 23

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996), rege a educação pública do Brasil e prevê a gestão democrática escolar em todas as unidades de ensino. Ela define-se como um processo no qual a comunidade escolar participa das decisões nas instituições de ensino e trás todos os envolvidos no processo educacional para o debate e participação dentro das instituições. Seus principais objetivos são:

- (A) Conhecer melhor o que está acontecendo na escola, ver as necessidades, desafios, o que a escola tem de bom e o que precisa melhorar.
- (B) Preservar a estrutura tradicional dentro da escola, em que o diretor detém o poder de tomar todas as decisões e debater as necessidades somente com os professores e funcionários.
- (C) Criação de conselhos de classe, associação de pais e mestres e realização de reuniões de pais.
- (D) É a reunião dos professores e do diretor, para propor novas ideias objetivando melhorar o aprendizado dos alunos.

Q. 24

As estratégias de intervenção com famílias a ser realizada pelo Serviço Social, devem ser norteadas:

- (A) Pelo respeito aos serviços focalizados, que tem como modelo a família nuclear e baseiam as suas ações no atendimento a mães e filhos, sem caráter de continuidade.
- (B) Pela necessidade de respeito as características e a individualidade da família e pelo estabelecimento de critérios para a determinação dos fatores de risco psicossocial, de proteção e de promoção.
- (C) Por abordagens individuais, baseadas em cada história de vida e sem considerar a totalidade em que as famílias estão incluídas e fazem parte de sua realidade.
- (D) Pelo acolhimento e disponibilidade para conhecer, sem considerar a inteligência das pessoas e a

capacidade que elas possuem de compreender suas condições de vida.

Q. 25

Yazbek (2009), nos coloca que: na atual conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado e de mudanças nas bases da ação social do Estado, as manifestações "questão social", matéria-prima da intervenção profissional dos assistentes sociais, assumem novas configurações e expressões, entre as quais destacamos a insegurança e vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados e outras tantas questões com as quais os assistentes sociais convivem cotidianamente: são questões de saúde pública, de violência, da droga, do trabalho da criança e do adolescente, da moradia na rua ou da casa precária e insalubre, da alimentação insuficiente, da ignorância, da fadiga, do envelhecimento sem recursos, etc. Situações que representam para as pessoas que as vivem, experiências de desqualificação e de exclusão social, e que expressam também o quanto a sociedade pode "tolerar" e banalizar a pobreza sem fazer nada para minimizá-la ou erradicá-la. Diante do apontado, podemos afirmar que:

- (A) O Serviço Social deverá manter suas ações baseadas no modelo caso, grupo e comunidade, com práticas assistencialistas e particularizadas, pois sua intervenção profissional não sofre influências da realidade atual.
- (B) As novas manifestações da questão social nada mais são do que resultado de ações individuais e, para que sejam solucionadas, precisam de intervenções individuais, baseadas na realidade dos territórios em que as famílias estão inseridas e contempladas também pelas outras políticas públicas, como saúde, educação, habitação, moradia, capacitação profissional, lazer etc.
- (C) A prática profissional na atualidade deve ser baseada na universalidade de acesso aos bens e serviços; na não articulação com os movimentos de outras categorias profissionais e na opção por um projeto profissional vinculado ao processo de fortalecimento da ordem societária atual, da dominação, exploração de classe, etnia e gênero.
- (D) O trabalho do assistente social está profundamente condicionado pela trama de relações vigentes na sociedade e o atual cenário do desenvolvimento capitalista coloca para o Serviço Social contemporâneo novas demandas e competências, quer no nível de conhecimentos, quer no plano concreto da intervenção e negociação política no âmbito das Políticas Sociais.

Q. 26

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento aplicado exclusivamente à educação escolar que define o conjunto orgânico e progressivo de



aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, visando, dentre outros ideais, a formação humana integral com impactos na construção de uma sociedade mais humana e justa. Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na Base devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais que inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto em todas as etapas da Educação Básica.

Diante da importância que estas competências gozam no documento, é imprescindível que os profissionais da Educação as conheçam. Dentre as alternativas que seguem, assinale a que contemple corretamente uma das competências gerais previstas na BNCC.

- (A) Exercitar a resolução de conflitos e a competição, promovendo a preparação para as atividades laborais da vida adulta, valorizando as potencialidades de qualquer natureza.
- (B) Conhecer as manifestações artísticas e culturais, motivando aqueles que desejam participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- (C) Compreender tecnologias digitais de informação para se comunicar, resolver problemas e exercer autoria na vida pessoal.
- (D) Agir com autonomia e flexibilidade, tomando decisões com base em sua intuição a partir dos princípios aprendidos.

Q. 27

Em um dia de trabalho na Escola, Jorge, Psicólogo Escolar da unidade, foi procurado por uma mãe de aluno da rede, V., de 27 anos, gestante do seu 4º filho, e informou que, por questões pessoais e também familiares, tinha interesse em entregar seu filho para adoção. Diante do acontecimento, Jorge recordou-se dos ditames da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e corretamente orientou que:

- (A) a encaminharia para a Justiça da Infância e Juventude, pois o Art. 19-A determina que a gestante que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.
- (B) a encaminharia para os serviços de saúde especializados a fim de que fosse acompanhada até o nascimento do bebê, uma vez que o Art. 19-A prevê que a gestante que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude logo após o nascimento do seu filho.
- (C) a encaminharia para programas sociais onde possa encontrar apoio para criar o filho, uma vez que o Art. 19 prevê que é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família.
- (D) deverá procurar uma família substituta para que o direito da criança, após o nascimento, seja exercido, uma vez que o Art. 19 determina que a criança possa ser criada em família substituta, assegurando a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Q. 28

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou LDB (Lei Federal nº 9.394/1996) é a legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado, tornando imprescindível o conhecimento dos seus regramentos a todos os profissionais envolvidos com o sistema.

A partir do conhecimento desta Lei, analise as afirmativas que seguem e assinale a correta.

- (A) A formação da educação básica – que compõe a educação escolar – se dá privativamente pela educação infantil e pelo ensino fundamental, como previsto no inciso I do Art. 21.
- (B) Diante de alguns Princípios da Educação Nacional (elencados no Título II do texto), a legislação reza que, dentre eles, o ensino será ministrado com base na valorização do profissional da educação escolar e no apreço à tolerância, conforme incisos IV e VII do Art. 3.
- (C) Considerado o Dever de Educar e o Direito à Educação (Título III da Norma) é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica até o término da educação infantil, descrito no Art. 6.
- (D) Se tratando de Educação Especial (Capítulo V do Regramento), os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência o que tiver ao seu alcance para atender às suas necessidades, determinado no Inciso I do Art. 59.

Q. 29

Após um ano de articulação pela regulamentação da Lei Federal nº 13.935, de 2019, se deu a publicação da versão 2021 do Manual “Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019”, sistematizado pelos Conselho Federal de Psicologia - CFP e o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. A partir da leitura do documento e compreensão do tema, depreende-se que:

- (A) Os Conselhos entendem que o cumprimento das disposições da Lei Federal 13.935/2019 se apresentam automáticas, capacitando os gestores estaduais e municipais a regulamentarem a medida e implementá-la nos Sistemas de Ensino da Educação Básica Brasileira.
- (B) Os profissionais de serviço social e de psicologia podem realizar na educação pública, a partir da direção presente no projeto ético-político profissional, qual seja, o exercício de sua autonomia profissional com competências estabelecidas e reproduzidas em uma perspectiva unitária, direcionadas ao processo da emancipação humana.
- (C) A aprovação da Lei Federal 13.935/2019, considerada a realidade concreta da comunidade escolar, não participa diretamente do processo ensino-aprendizagem e pouco representa para a política pública de educação.
- (D) A integração de assistentes sociais e psicólogos nas equipes escolares é mais necessária que nunca, por



conta das implicações nos vários segmentos das redes de ensino básico, nas famílias, nos mercados de trabalho, nas relações sociais.

Q. 30

O plano nacional de educação que versa o Art. 214 da Constituição Federal, deve conduzir, dentre outros, a:

- (A) a autonomia das entidades desportivas, quanto a sua organização e funcionamento.
- (B) erradicação do analfabetismo.
- (C) despesas com pessoal e encargos sociais.
- (D) determinação do piso salarial proporcional à complexidade do trabalho na educação.

ÁREA PARA RASCUNHO

ÁREA PARA RASCUNHO

